

ESTADO DA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DA DEFENSORIA PÚBLICA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2009 A ABRIL/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Apresentação de valores em R\$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>9.037.956.175,01</b>	-
Pessoal Ativo	6.456.313.235,21	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.551.117.677,00	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF)	30.525.262,80	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>2.067.268.432,27</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	223.606,25	-
Decorrentes de Decisão Judicial	50.274.038,77	-
Despesas de Exercícios Anteriores	23.511.003,51	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.993.259.783,74	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)</b>	<b>6.970.687.742,74</b>	-
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - TDP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>		<b>6.970.687.742,74</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		<b>15.826.208.177,53</b>
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		<b>44,05</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%		<b>7.691.537.174,28</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%		<b>7.306.960.315,57</b>

**FONTE: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF**

Nota:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Este Demonstrativo é parte integrante do RGF do poder executivo e da defensoria pública